

JORNAL DA



ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES DO ESTADO DE SÃO PAULO | N. 114 | ABRIL – JUNHO 2025



Com a marca da diversidade,
PGE-SP realiza a maior posse de sua história,
com 200 novos Procuradores e Procuradoras
de São Paulo

O futuro nos reserva uma Procuradoria paulista mais forte, diversa e plural

A PGE-SP vivencia momentos de uma excelente efervescência. A se iniciar pela maior posse da história da Instituição, realizada em 2 de junho, na Sala São Paulo, em uma solenidade emocionante.

Duzentos (200) novos (as) Procuradores e Procuradoras do Estado de São Paulo passaram a integrar uma carreira gloriosa, com 76 anos de atuação na defesa intrínseca do interesse público e na construção de um Brasil mais justo.

Essa grande movimentação na carreira se intensifica em razão de um concurso marcado pela diversidade, com o ingresso de 89 colegas (44,5%) autodeclarados pretos, pardos e indígenas e também PCDs. Esse número superou a reserva inicial de 30% para PPI e 5% para PCD.

O certame foi marcado pela coragem e sensibilidade de incluir a justiça social como critério de seleção. A preocupação com cotas e com a inclusão é um gesto de maturidade institucional.

A chegada dessa nova força, com diferentes vivências e muito qualificada, tornará a Procuradoria ainda mais forte, plural, humana e próxima das pessoas desse nosso Estado – que são a razão da nossa missão constitucional.

Novos colegas, sejam muito bem-vindos e contem sempre comigo e toda a Diretoria da APESP, que já é casa de vocês, na luta por seus direitos e prerrogativas. Além, é claro, de aproveitar toda a nossa vida associativa, com festas, encontros e atividades esportivas.

Destaco também que a programação do 3º Curso de Inverno, um evento realizado em parceria entre o Centro de Estudos e a APESP, foi muito feliz por incluir uma homenagem à Professora Anna Candida da Cunha Ferraz, primeira mulher a exercer o cargo de Procuradora Geral do Estado de São Paulo (entre 1975 e 1979).

Isso reforça a vanguarda da Procuradoria no compromisso com a diversidade. Além de termos tido a primeira mulher chefiando uma Instituição de Advocacia Pública, estamos atualmente na gestão da 5ª mulher e a 1ª pessoa negra no cargo máximo da PGE-SP, a Dra. Inês Coimbra.

Por falar em homenagens, não posso deixar de registrar a entrega da “Comenda Jubileu de Diamante” pelos 75 anos de existência da Associação para três personagens fundamentais para a Advocacia Pública: a própria Dra. Anna Candida da Cunha Ferraz, o Professor José Afonso da Silva e o Deputado Federal Carlos Sampaio.

Mesmo com tantos avanços é preciso atenção às possíveis turbulências. A principal delas é o julgamento em curso atualmente no Supremo Tribunal Federal, no bojo do julgamento do Recurso Extraordinário n.º 609.517/RO, que questiona a necessidade de inscrição dos Advogados Públicos na OAB.

Com o propósito de reverter esse retrocesso, eu e meu amigo Leonardo Sica, Presidente da OAB-SP, publicamos uma nota conjunta em defesa da exigência constitucional e legal de inscrição nos quadros da OAB para o exercício da Advocacia Pública em qualquer de suas esferas.

Uma Instituição é construída com vitórias – e são muitas as recentes conquistas –, mas também com o enfrentamento dos desafios. A APESP estará sempre atenta à defesa das prerrogativas da carreira e às lutas pelo engrandecimento da Procuradoria.

José Luiz Souza de Moraes

PRESIDENTE DA APESP



ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES
DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA GESTÃO 2024 | 2025

PRESIDENTE

José Luiz Souza de Moraes

VICE-PRESIDENTE

Vera Wolff Bava

SECRETÁRIA GERAL

Isabelle Maria Verza

DIRETOR FINANCEIRO

Fabrizio de Lima Pieroni

DIRETORA SOCIAL E CULTURAL

Tatiana Gaiotto Madureira

DIRETOR DE PREVIDÊNCIA E CONVÊNIO

Julio Rogerio Almeida de Souza

DIRETORA DE ESPORTES E PATRIMÔNIO

Ana Paula Ferreira dos Santos

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO

Ilanna Sofia Santos Soeiro Silva

DIRETOR DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS
E INSTITUCIONAIS

Alexandre Ferrari Vidotti

DIRETOR DO INTERIOR E DEMAIS
UNIDADES FORA DA CAPITAL

Carlos Roberto Marques Junior

DIRETOR DE PRERROGATIVAS

Conrado Luiz Ribeiro Silva Barros

CONSELHO ASSESSOR

Amilcar Aquino Navarro

Carlos José Teixeira de Toledo

Cintia Oréfice

Evelyn Moraes de Oliveira

Francisco Carlos Moreira dos Santos

Yara de Campos Escudero Paiva

CONSELHO FISCAL

Paulo David Cordioli

Rafael de Oliveira Rodrigues

Vanderlei Ferreira de Lima

PRODUÇÃO

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

Ilanna Sofia Santos Soeiro Silva

EDIÇÃO E REDAÇÃO DE TEXTOS

Cristiano Tsonis

(jornalista responsável – MTB 30.748)

C Tsonis Produção Editorial

FOTOS

Ricardo Lucas,

Acervos APESP e ANAPE

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. ACESSO A VERSÃO ONLINE
DO JORNAL DA APESP NO SITE WWW.APESP.ORG.BR

FECHAMENTO DESTA EDIÇÃO EM 23/06/2025

PRERROGATIVAS

APESP e OAB-SP defendem em nota pública a obrigatoriedade de inscrição na Ordem para o exercício da Advocacia Pública

O Presidente da APESP, José Luiz Souza de Moraes, e o Presidente da OAB – Seção de São Paulo, Leonardo Sica, publicaram, em 23 de maio, uma nota conjunta em “defesa da exigência constitucional e legal de inscrição nos quadros da OAB para o exercício da Advocacia Pública em qualquer de suas esferas”.

A tese controversa está em curso atualmente no Supremo Tribunal Federal no bojo do julgamento do Recurso Extraordinário n.º 609.517/RO. Confira abaixo a íntegra da nota ou acesse o documento no link <https://bit.ly/43LxRDR> :



NOTA PÚBLICA DA APESP E DA OAB SP SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE INSCRIÇÃO NA OAB PARA O EXERCÍCIO DA ADVOCACIA PÚBLICA

A OAB SP (Ordem dos Advogados do Brasil Seção São Paulo) e a APESP (Associação dos Procuradores do Estado de São Paulo) tornam pública a posição firme em defesa da exigência constitucional e legal de inscrição nos quadros da OAB para o exercício da Advocacia Pública em qualquer de suas esferas.

O julgamento, atualmente em curso no Supremo Tribunal Federal, do Recurso Extraordinário n.º 609.517/RO, reacende uma controvérsia que, do ponto de vista jurídico, já se encontra superada. A entrada em vigor do Código de Processo Civil de 2015 consolidou a equiparação entre advogados privados e públicos, reforçando a indispensabilidade da inscrição na Ordem para o pleno exercício da profissão.

Para a OAB SP, o vínculo institucional dos advogados públicos à entidade não se limita a uma exigência burocrática, trata-se de um princípio jurídico fundamental, que sustenta a atuação profissional com independência técnica, respaldo ético e garantia de prerrogativas, especialmente importantes diante da ausência de um estatuto próprio para a Advocacia Pública em âmbito nacional.

É preciso destacar que a inscrição na OAB constitui, também, um instrumento de proteção ao interesse público. A inviolabilidade das comunicações entre advogados públicos

e seus representados, por exemplo, não protege apenas o profissional, mas salvaguarda a administração pública e a integridade institucional de seus atos.

A OAB SP e a APESP lembram que o Supremo Tribunal Federal já firmou jurisprudência reconhecendo a compatibilidade entre o Estatuto da Advocacia e as normas que regem a Advocacia Pública, como a Lei Complementar nº 73/1993. Qualquer tentativa de relativizar essa exigência representaria uma ruptura com o arcabouço jurídico vigente e colocaria em risco a autonomia funcional e a qualificação técnica dessa relevante função essencial à Justiça.

Reafirmando sua confiança no Supremo Tribunal Federal, OAB SP e APESP reforçam a importância de manter o posicionamento consolidado, preservando a coerência normativa e a independência da Advocacia Pública, pilares fundamentais para a defesa do Estado Democrático de Direito e dos interesses da sociedade brasileira.

José Luiz Souza de Moraes | Presidente da Associação dos Procuradores do Estado de São Paulo – APESP

Leonardo Sica | Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil Seção de São Paulo

ASSEMBLEIA

Associados aprovam três importantes mudanças estatutárias

Em Assembleia Geral realizada em 5 de maio, 304 associados – 117 presentes e 187 por procuração – aprovaram importantes alterações no estatuto da Associação.

- 1 – Realização de eleições por meio eletrônico;
- 2 – Realização de assembleias por meio eletrônico, na modalidade híbrida;
- 3 – Criação da Diretoria de Assuntos dos Aposentados e Pensionistas.

“Foi importante avanço para os nossos colegas aposentados, que terão agora mais uma instância de representatividade para a defe-

sa de suas prerrogativas e direitos. Além disso, aumentarão a possibilidade de participação dos associados no processo eleitoral e nas Assembleias da APESP”, destaca o Presidente da Associação, José Luiz Souza de Moraes. A Diretoria da APESP foi representada ainda pela Vice-presidente, Vera Wolff Bava; pela Secretária Geral, Isabelle Maria Verza; pelo Diretor Financeiro, Fabrício Pieroni; pela Diretora de Comunicação, Ilanna Soeiro; e pelos Conselheiros Assessores Yara de Campos Escudero Paiva, Evelyn Moraes de Oliveira, Francisco Carlos Moreira dos Santos, Carlos José Teixeira de Toledo e Cintia Oréfice. A representante dos aposentados Sandra Artioli também compôs a mesa de trabalho.



Com a marca da diversidade, PGE-SP realiza a maior posse de sua história, com 200 novos Procuradores e Procuradoras de São Paulo



Auditório da Sala São Paulo lotado com empossados, familiares, amigos e autoridades na cerimônia de posse

A icônica Sala São Paulo recebeu, em 2 de junho, a cerimônia de posse dos 200 novos Procuradores e Procuradoras do Estado de São Paulo, em um momento de emoção para os empossados, familiares, amigos e autoridades.

Tratou-se da maior posse da história da Procuradoria paulista, após um concorrido concurso de ingresso, que de forma inédita contou com cotas para negros, indígenas e PCDs.

E a diversidade foi a tônica da solenidade e formação dos novos quadros da PGE-SP. Dos 200 aprovados, 75 ingressaram pelas cotas de pretos, pardos e indígenas (PPI) e 14 pelas cotas PCD.

Esses números superaram a reserva inicial de 30% para PPI e 5% para PCD, atingindo os índices de 37,5% para PPI e 7% para PCD. Ademais, quase a metade dos aprovados ingressaram pelas duas opções de cotas: 44,5% (89 novos colegas).

A amplitude da faixa etária também foi digna de nota, sendo que o nomeado mais novo tem 24 anos e o com idade mais avançada tem 67 anos.

O Governador do Estado de São Paulo, Tarcísio de Freitas, deu as boas-vindas aos novos Procuradores e Procuradoras e rendeu homenagens à PGE-SP, em nome da Procuradora Geral, Inês Coimbra.

“Estamos muito felizes com o ingresso de cada um de vocês na nossa Procuradoria. O nosso Estado abriga mais de 45 milhões de brasileiros; 22% da nossa população reside em São Paulo. Uma população que demanda serviços do Estado. Para prestar um bom serviço, precisávamos de uma Procuradoria bem equipada e com mais força de trabalho”, frisou Tarcísio.

O Governador destacou a atuação dos Procuradores na defesa judicial do Estado, na cobrança e recuperação da Dívida Ativa e na Consultoria dos gestores para manter a legalidade das contratações, licitações e serviços.

“Tenho muito orgulho da Procuradoria e isso se deve ao trabalho, à dedicação e à qualidade dos nossos Procuradores. Agora, vocês se integram a esse time. Hoje, estamos celebrando a maior posse e, sem dúvida, o concurso mais inclusivo da história da Procuradoria de SP. O dia de hoje é para dizer muito obrigado para a PGE-SP”, concluiu o Governador.



Tarcísio: “Tenho muito orgulho dos Procuradores do Estado. O dia de hoje é para dizer muito obrigado para a nossa Procuradoria”

O Presidente da APESP, José Luiz Souza de Moraes, comemorou a chegada dos novos colegas. “É com imensa alegria, emoção e profundo sentimento de esperança que recebemos hoje os 200 novos Procuradores do Estado, que passam a integrar uma carreira gloriosa, de 76 anos de história, marcada pela dedicação incansável, pela defesa intransigente do interesse público e pela construção silenciosa, mas decisiva, de um Brasil mais justo”, registrou Moraes.

“É com entusiasmo redobrado que celebramos o fato de que esse

concurso foi marcado pela coragem e sensibilidade de incluir a justiça social como critério de seleção. A preocupação com cotas e com a inclusão é um gesto de maturidade institucional. (...) Estou profundamente convencido de que, com a chegada de vocês, construiremos juntos uma Procuradoria ainda mais forte, humana e próxima das pessoas”, completou Moraes.

A Procuradora Geral do Estado, Inês Coimbra, salientou que a data era histórica para a Procuradoria. “Estamos aqui para celebrar um momento que vai muito além da cerimônia de posse de 200 novos membros da PGE-SP. Estamos dando boas-vindas a um novo capítulo



Moraes: “Estou convencido de que, com a chegada de vocês, construiremos juntos uma PGE ainda mais forte, humana e próxima das pessoas”

da história da Advocacia Pública. Um momento que representa esperança, renovação e um comprometimento fortalecido com a justiça e o bem-estar da nossa sociedade”.

“Com a chegada de vocês a PGE-SP se torna ainda mais colorida e vibrante. A diversidade trazida por cada novo Procurador e nova Procuradora não é uma simples adição ao quadro institucional. É uma força vital que enriquecerá nossas discussões, ampliará nossas perspectivas e fortalecerá nosso compromisso com uma sociedade plural, refletindo a verdadeira diversidade do nosso Estado”, afirmou a Dra. Inês Coimbra.

O primeiro colocado do concurso de ingresso, Victor Ribeiro da Costa, agradeceu aos familiares de todos os empossados, à comissão organizadora do certame, à comissão de aprovados pelo apoio, à Dra. Inês Coimbra e ao Governador do Estado.

“Somos muitos e somos diversos em histórias, cor de pele, credos, origens geográfica e social, sotaques, gostos e forma de ver e sentir o mundo. Mas em meio às diferenças temos um desejo em comum: o de exercer o mesmo ofício com dedicação e dignidade”, destacou.

“Refletir sobre nosso futuro na Procuradoria requer uma lembrança constante do que é a Advocacia Pública. A Advocacia, seja pública ou privada, não é profissão de covardes como lembrou Sobral Pinto. Essa bravura é indispensável para o exercício da nossa missão constituinte, que é representar o Estado em juízo ou fora dele”, continuou o Dr. Victor da Costa.



Coimbra: “A chegada de vocês torna a PGE-SP ainda mais colorida e vibrante, fortalecendo nosso compromisso com uma sociedade plural”



Costa: “Somos muitos e somos diversos, mas em meio às diferenças temos um desejo em comum: exercer o mesmo ofício com dedicação e dignidade”.



Vidotti:
"A partir de agora as Senhoras e os Senhores ingressam num seletto quadro da Advocacia Pública Estadual"

Vicente Braga:
"Ser advogado público é uma missão nobre"



Em nome do Conselho da PGE-SP, o Conselheiro eleito, Alexandre Ferrari Vidotti fez uma saudação especial aos novos colegas.

"Exercer as atribuições do cargo público de Procurador do Estado de São Paulo não se resume na mera prática de atos processuais ou de natureza extrajudicial. É muito mais que isso! A partir de agora as Senhoras e os Senhores ingressam num seletto quadro da Advocacia Pública Estadual, cujas atividades diárias impactam direta e indiretamente na preservação de recursos financeiros, na execução de obras estatais, na proteção de políticas públicas já implantadas ou que estão em elaboração", salientou Vidotti.

Também discursaram a Presidente do SINDIPROESP, Anna Cândida Alves Pinto Serrano; e o Presidente da ANAPE, Vicente Braga.

A APESP foi representada ainda pela Secretária Geral, Isabelle Maria Verza, pelo Diretor Financeiro, Fabrizio Pieroni; pela Diretora Social e Cultural, Tatiana Gaiotto Madureira; pela Diretora de Comunicação, Ilanna Sofia Santos Soeiro Silva; pelo Diretor de Assuntos Legislativos e Institucionais, Alexandre Ferrari Vidotti (que é também Conselheiro eleito da PGE-SP); pela Diretora de Esportes e Patrimônio, Ana Paula Ferreira dos Santos; pelos Conselheiros Assessores, Carlos José Teixeira de Toledo e Yara de Campos Escudero Paiva, e pela representante dos associados aposentados, Sandra Artioli.

Compuseram a mesa solene o Presidente da ALESP, André do Prado; o Presidente do TJ-SP, Desembargador Fernando Antonio Torres Garcia; o Procurador-geral de Justiça, Paulo Sérgio de Oliveira e Costa; a Defensora pública-geral do Estado de São Paulo, Luciana Jordão da Motta Armiliato de Carvalho; a Procuradora-geral do Município de São Paulo, Luciana Sant'ana Nardi.



Conselheiros da PGE-SP presentes na solenidade de posse na Sala São Paulo

Acima, mesa solene de abertura da cerimônia de posse na Sala São Paulo

Ao lado, dirigentes da APESP e ANAPE com o Governador Tarcísio de Freitas e a Procuradora Geral Inês Coimbra





A Procuradora Kelly Fabiana de Moura Costa, com os novos colegas Kalebe Rangel (à esquerda) e Matheus dos Santos Caetano.

Procuradora Kelly Fabiana de Moura Costa: "defender a coisa pública e o dinheiro público, é defender os direitos humanos e a população. É defender o povo pobre"

A Procuradora Kelly Fabiana de Moura Costa, 48 anos, natural de Taubaté (SP), já tem uma trajetória na PGE-SP. Em 2008, trabalhava como Executiva Pública na então Secretaria Estadual do Emprego e Relações do Trabalho, quando teve contato com o trabalho dos Procuradores do Estado.

"Eu admirava muitíssimo os Procuradores que lá estavam. Eles atuavam de forma muito bonita, muito gentil e com apurada técnica jurídica, buscando uma ótima prestação de serviço público. Trabalhávamos com implementação de políticas públicas importantes e eu sempre interagia com os Procuradores. A partir daí, passei a sonhar com esse cargo", conta.

O apreço era tanto que Kelly pediu sua transferência para a PGE-SP e conseguiu a permuta. O sonho de estar na Procuradoria foi alcançado, mas não seria o suficiente. Em 2013 e 2018, prestou concurso para Procuradora do Estado, mas não conseguiu ingressar na carreira.

Mas ela não pensou em desistir. Em 2025, a nova tentativa deu resultado e a reserva para cotas foi essencial para que pudesse passar para a segunda fase do certame.

"Gostaria de enfatizar a importância da implementação das cotas para negros e também das cotas PCD nesse 23º Concurso para Procurador do Estado. Foi um ato corajoso e essencial para que eu fosse aprovada. Eu sou proveniente de escola pública (1º e 2º graus) e o 3º grau eu fiz em Universidade particular. Trabalhei, até então, 17 anos como servidora pública-meio e o meu ingresso na Procuradoria se deu através das cotas para pessoas negras", salienta.

A Procuradora entende ter sido uma implementação tardia, uma vez que a lei de cotas já tem 10 anos de vigência. "No entanto, foi uma iniciativa muito valente, porque é uma importante política pública para uma justa reparação", completa.

Com relação à sua escolha pela Procuradoria, Kelly aponta a importante função da Instituição na defesa do Estado. "Defender a coisa pública e o dinheiro público, é defender os direitos humanos e a população. É defender o povo pobre. Eu visualizo isso dentro da Procuradoria. Cada economia que o Procurador consegue na sua atuação, ele está atuando no microcosmos, mas isso reverbera no macro; ou seja, para o bem coletivo e da população".

Para finalizar, a nova colega destaca que "as suas expectativas são desempenhar a função de forma coerente, coesa e fazer um bom trabalho. Contribuir para que o Estado cumpra sua função social e constitucional. Eu quero fazer parte disso e dar conta do recado".



Kalebe Rangel Lopes da Silva (ao centro) com a companheira Ana Luiza Andrade de Sousa e o amigo Ricardo Dourado Pordeus.

Kalebe Rangel Lopes da Silva: "conheço bem como políticas públicas bem-sucedidas podem mudar a vida de pessoas"

O Procurador Kalebe Rangel Lopes da Silva, 33 anos, foi Professor antes de cursar Direito na Universidade Federal Fluminense, onde concluiu seu Mestrado em Sociologia e Direito. Após concluir sua formação no Rio de Janeiro, decidiu vir para São Paulo e, atualmente, faz doutorado na Universidade de São Paulo.

"Foi justamente a partir dessa vinda para o Estado e desse período estudando aqui que conheci o trabalho da Procuradoria Geral do Estado, o que me chamou atenção e despertou o interesse pela carreira e em como essa poderia ser uma oportunidade de atuar em uma área relevante e motivadora", ressalta Kalebe.

O colega explica que a sua intenção sempre foi advogar no setor privado. Porém, por mais que aprimorasse a sua formação e tentasse ser competitivo, isso não pare-

cia suficiente para preencher um determinado perfil que as pessoas buscavam.

“Quando li o edital da PGE-SP, senti que a instituição estava procurando em seu processo de seleção valorizar justamente a diferença, a inclusão e a implementação das políticas de ações afirmativas. Isso foi determinante para a minha decisão, pois ficou claro que talvez eu tivesse um lugar aqui dentro. A perspectiva interdisciplinar do concurso também foi bastante importante, pois demonstra que se privilegia uma atuação técnica e precisa, mas com uma visão ampla e crítica sobre questões econômicas, sociais, humanas e que vá além do direito, sem por isso deixá-lo de lado”, completa.

“Além disso, a escolha pela Advocacia Pública se deu porque além das áreas e da riqueza de conteúdos com que podemos trabalhar, eu acredito muito no poder do Estado como agente transformador e os Advogados Públicos são essenciais para que isso seja real. Acho que a minha própria trajetória se comunica com isso e só foi possível a partir do sucesso de políticas públicas. Toda minha educação foi em escolas públicas, fui bolsista, ingressei no ensino superior e na pós-graduação por ações afirmativas e conheço bem como políticas públicas bem-sucedidas podem mudar a vida de pessoas. Isso só é possível a partir da luta e do trabalho competente e eficaz de muitas pessoas, como dos servidores da PGE-SP, da qual me orgulho de poder dizer que hoje também faço parte”, destaca.

Com relação ao futuro, disse que sua maior expectativa é a de honrar a Procuradoria e fazer valer a pena estar em um lugar tão importante. “Conhecer a Instituição nesses primeiros dias e sermos recebidos com tanto entusiasmo é contagiante e está sendo uma experiência incrível. A sensação que tenho como alguém chegando à PGE-SP é a de que não poderia estar em um lugar melhor. Espero muito corresponder a esse entusiasmo com muito trabalho, dedicação e aprendizado, não só em relação à própria Instituição e em seu crescimento, mas principalmente impactando a vida de pessoas que são diretamente influenciadas com nosso trabalho todos os dias, mesmo que às vezes nem saibam disso”, conclui Kalebe.

Procuradora Maria Tereza Borges de Oliveira Mello: “quero ajudar a construir soluções que gerem um impacto positivo direto para a sociedade e fortaleçam a atuação da Procuradoria”

A Procuradora Maria Tereza Borges de Oliveira Mello, 44 anos, natural de Goiânia, já havia atuado no Advocacia Pública como Procuradora do Município de Trindade (GO) e Araguaína (TO).



A Procuradora Maria Tereza Borges de Oliveira Mello (ao centro -2ª da esq. para a dir) na solenidade de posse na Sala São Paulo

“Minha jornada de estudos para concursos começou em 2010, quando me mudei para Palmas (TO). Na época, eu já era casada, advogava e me dedicava aos estudos. Em setembro de 2011, nasceu meu primeiro filho, Miguel (agora com 13 anos), o que adicionou à minha rotina os desafios de ser mãe, sem deixar de lado o trabalho e os estudos”, conta.

Nesse período inicial, obteve aprovações significativas: para Oficial de Justiça do TRF-1, Advogada dos Correios (10º lugar), PGM Trindade-GO (6º lugar) e PGM Goiânia-GO. No concurso para a PGM Araguaína (TO) obteve o 1º lugar no certame.

Maria Tereza tem mais dois filhos: Heitor (6) e Pedro Samuel (3). Após tomar na PGM Trindade (GO), fez uma pausa, mas retomou os estudos em 2021, durante a licença-maternidade do seu terceiro filho

“A partir daí, minha rotina se tornou uma desafiadora conciliação entre ser mãe de 3 filhos, Procuradora do município e estudante para concursos. Quando o edital para a PGE-SP foi lançado, continuei minha intensa rotina de preparação. Foi uma jornada de um ano e meio, desde as inscrições até a tão esperada nomeação. A prova, de altíssimo nível, exigiu o domínio de muitas matérias em todas as fases. Conciliar tudo nas vésperas das etapas, com revisões de um conteúdo tão vasto, foi extremamente desafiador. Contudo, com dedicação, resiliência e fé, superei cada etapa até a minha nomeação”, relata.

No início de sua jornada profissional, atuou na advocacia privada, mas posteriormente decidiu focar nos estudos para a Advocacia Pública. “Essa transição foi muito natural, pois buscava um propósito ainda maior. Ao tomar posse como Procuradora Municipal, tive a certeza de que estava no caminho certo. A atuação em diversas frentes — desde a defesa do interesse público e do erário até o incremento da arrecadação e a contribuição para o desenvolvimento de políticas públicas — me apaixonou ainda

mais pela carreira. É gratificante poder usar o direito para gerar um impacto positivo na sociedade”, continua.

Maria Tereza conta que por ocasião do lançamento do edital do concurso da PGE-SP, fez uma escolha assertiva e estratégica: dedicar-se exclusivamente à Procuradoria paulista.

“Minha motivação veio da compreensão da estrutura grandiosa e do reconhecimento de ser o maior escritório de Advocacia Pública do país. Para mim, isso representa uma oportunidade ímpar de me desenvolver profissionalmente em múltiplas áreas e de contribuir de forma ainda mais significativa para a defesa do Estado de São Paulo. Busco um ambiente onde possa aplicar toda a minha experiência, crescer e, acima de tudo, fazer a diferença em um cenário tão relevante para o desenvolvimento das políticas públicas e para a proteção do patrimônio público”.

Sobre as suas expectativas para exercer a sua função na PGE-SP, ressalta: “quero, não apenas crescer profissionalmente junto com a Instituição, mas também ser uma peça fundamental nesse processo de aprimoramento contínuo, ajudando a construir soluções que gerem um impacto positivo direto para a sociedade e fortaleçam a atuação da Procuradoria”.

Gabriel Rodrigues Maia: “iniciativas estatais ajudaram a transformar a minha vida e eu acredito também que podem fazer isso na vida de várias pessoas”



Da esq. para a dir. : Bárbara (namorada), Larissa (irmã), Gabriel e Fátima (mãe)

O Procurador Gabriel Rodrigues Maia, 30 anos, natural de Juiz de Fora (MG), formou-se na Universidade Federal sediada na cidade. Durante a graduação, nunca pensou em prestar um concurso público. Contudo, ao se preparar para o exame da Ordem, começou a ter apreço pela rotina de estudo, vislumbrando a possibilidade de passar em um bom concurso.

“Fui Residente Jurídico no Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG) e também do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Essas experiências, especialmente na Justiça do Trabalho, me deram uma vivência muito bacana do serviço público e a convivência com muitos companheiros legais. Isso me incentivou ainda mais a querer me estabilizar em uma carreira pública”, ressalta.

Com relação à sua opção pela PGE-SP, Gabriel aponta a possibilidade de trabalhar com políticas públicas. “Escolhi a Advocacia Pública por conta do meu interesse por política e por administração pública. Analisando as carreiras jurídicas disponíveis, a Procuradoria foi a que mais me chamou a atenção por me dar oportunidade de atuar e contribuir na área de gestão pública e das políticas públicas. Na PGE-SP, podemos contribuir para a arrecadação dos cofres públicos e na formulação dessas políticas”, continua.

“A minha expectativa é contribuir ao máximo, porque eu sei que o Estado é um ente fundamental para a sociedade e na transformação da vida das pessoas. Iniciativas estatais ajudaram a transformar a minha vida e eu acredito também que podem fazer isso na vida de várias pessoas. O meu objetivo é trabalhar para que o Estado preste um bom serviço público e esteja cada vez cada vez mais forte para ajudar a população”, complementa.

A vontade de morar em São Paulo também foi importante em sua decisão. “Eu queria muito passar na PGE-SP, mesmo antes de sair o edital do concurso. Gosto muito daqui e queria ter experiência de morar nessa cidade”, frisa.

Leticia Guedes de Moraes: “sigo consciente da grande responsabilidade que é representar o Estado de São Paulo e servir ao interesse público com dedicação e integridade”



Leticia Guedes de Moraes no momento da assinatura do termo de posse

A Procuradora Leticia Guedes de Moraes, 29 anos, natural de Foz do Iguaçu, Paraná, formou-se em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e, du-

rante a graduação, teve a oportunidade de estagiar tanto no âmbito privado como público.

“Essas experiências me proporcionaram uma visão ampla das diversas carreiras jurídicas. Nesse período, desenvolvi uma afinidade pelas matérias de Direito Público e comecei a me interessar mais a fundo pelas incumbências da Advocacia Pública, admirando sua atuação essencial na promoção do interesse público em suas diversas vertentes”, relata.

“A PGE-SP sempre foi uma referência para mim, especialmente pelo seu papel de vanguarda e pela relevância das teses jurídicas que constroem precedentes importantes em todo o país, além de ser a casa de diversos juristas e professores renomados. É uma honra imensa fazer parte de uma instituição que vem cada vez mais colaborando para o crescimento e melhora do Estado de São Paulo”, continua.

Letícia não esconde a motivação e a animação para iniciar essa nova fase profissional. “Além de me sentir extremamente grata pela forma acolhedora com que fui recebida pelos colegas da carreira. Ao mesmo tempo, sigo consciente da grande responsabilidade que é representar o Estado de São Paulo e servir ao interesse público com dedicação e integridade”, finaliza.

Luiz Renato de Oliveira: “o bom trabalho de um Procurador reverte no bem público; no bem de todos”



Luiz Renato de Oliveira Perico durante o curso de adaptação

O Procurador Luiz Renato de Oliveira Perico, 41 anos, é natural de Jacarezinho, no Paraná, mas sempre morou em São Paulo. Escrevente do TJ-SP por 20 anos, trabalhou por dois anos na Prefeitura de São Paulo, como auxiliar técnico.

“Foi no Tribunal que me interessei por Direito e comecei a Faculdade de Direito do Largo São Francisco – USP. Assim que passei na OAB, fiquei sabendo que abria edital para Procurador do Município de São Paulo. Foi quando comecei meus estudos para a carreira de Procurador”, explica

“Por já ser servidor público há mais de 20 anos, entendo a importância de uma administração bem equipada e organizada, desenvolvendo bem o seu papel. A Procuradoria é, talvez, a melhor forma de colocar o conhecimento jurídico que adquiri na Faculdade a serviço de uma administração pública eficaz e eficiente. Espero muitos desafios, mas também muita realização. O bom trabalho de um Procurador reverte no bem público; no bem de todos”, finaliza.

Marcela Carvalho de Paulo de Alcantara: “quero aprender e enriquecer os meus conhecimentos jurídicos, estando em contato com a experiência dos colegas mais antigos da carreira”



Marcela Carvalho de Paulo de Alcantara assinando o termo de posse

Em 2013, a Procuradora do Estado Marcela Carvalho de Paulo de Alcantara, 42 anos, natural da cidade de Volta Grande, Minas Gerais, passou no concurso da PGM do Rio de Janeiro para o cargo de analista.

“A partir desse momento, parei de estudar. Com o tempo, comecei a gostar do trabalho que os Procuradores exerciam e decidi voltar aos estudos para tentar a carreira de Procuradora. O meu trabalho na PGM-RJ me fez amar a Advocacia Pública e sendo a PGE-SP a maior Procuradoria do país, quando abriram as inscrições, vi que eu tinha uma grande chance de pertencer a uma grande Instituição”, ressalta.

Marcela disse que as suas expectativas para desempenhar essa importante função são “aprender e enriquecer os meus conhecimentos jurídicos, estando em contato com a experiência dos colegas mais antigos da carreira”.

Procurador Agui-mael Valadares de Freitas: "É um sonho de todo concurseiro ser aprovado em uma Procuradoria tão relevante como a PGE-SP"



Agui-mael Valadares de Freitas, aprovado com a maior idade do certame, no curso de adaptação no Espaço APESP

O Procurador Agui-mael Valadares de Freitas, 67 anos, teve uma infância pobre em Coaraci, Bahia, onde nasceu e cursou o ginásio. Posteriormente, foi morar em Vitória da Conquista (BA), morando em casa de parentes, para estudar o científico - como era conhecido o 2º grau naquela época.

"Depois fui para Salvador onde concluí o 2º grau, quando prestei o vestibular para Odontologia e adentrei na Faculdade com apenas 17 anos. Após formado, fui para Palmeiras, na chapada Diamantina, interior da Bahia, onde me casei com minha atual esposa, sendo pai de três filhas e dois netos. Por um tempo estive em outras cidades do in-

terior do Estado – Itororó e Maracas – fixando moradia em Barreiras (BA), cidade em que fiquei por 35 anos", relata.

Agui-mael exerceu a Odontologia por mais de 30 anos, quando por influência da mulher e da filha mais velha, que é Procuradora do Estado do Tocantins, resolveu estudar Direito.

"Era um sonho antigo. Após terminar o curso resolvi fazer concurso público, além de trabalhar na advocacia privada. Submeti-me a vários concursos sem lograr êxito, com exceção da aprovação em Juiz leigo. Tive várias reprovações, mas continuei firme em busca do meu objetivo. Prestei concurso para Magistratura e até para a Defensoria Pública, mas não passei. Depois resolvi focar nos concursos da Advocacia Pública, passando para a 2ª fase da Procuradoria Federal e para a PFN, mas sem conseguir uma aprovação final. Foram 10 anos tentando até conseguir passar na PGE-SP", destaca.

"Escolhi a PGE-SP, pois é um sonho de todo concurseiro ser aprovado em uma Procuradoria tão relevante como essa e no Estado mais importante da Federação, Felizmente consegui a aprovação", continua.

Sobre as suas expectativas de integrar a maior Procuradoria estadual do país, Agui-mael afirma: "espero aprender muito e aperfeiçoar bastante a minha trajetória profissional, me qualificando cada dia mais como Advogado Público, além de defender os interesses de um Estado tão importante, que é o sonho de todo profissional da área do Direito".

Curso de adaptação e Happy Hour de boas-vindas

O Curso de Adaptação dos novos Procuradores e Procuradoras do Estado de São Paulo, que ocorreu no Espaço APESP, teve início no dia 3 de junho (terça-feira). Depois de um primeiro dia de muito trabalho, com

palestras e apresentações muito produtivas, a Associação ofereceu um happy hour em homenagem aos novos associados. A APESP agora já é a "casa" e o "apoio" dos novos colegas!



Em sua abertura, Curso de inverno da PGE-SP reúne mais de 300 Procuradores no Espaço APESP



Auditório do Espaço APESP lotado para a abertura do 3º Curso de Inverno

A abertura do 3º Curso de Inverno da PGE-SP, promovido em parceria com a Associação dos Procuradores do Estado de São Paulo, com o tema "Advocacia Pública Baseada em Dados" ocorreu, em 9 de junho, no Espaço APESP.

O auditório ficou lotado com mais de 300 Procuradores e Procuradoras do Estado de SP, incluindo os novos colegas, que foram empossados na PGE-SP no dia 2 de junho.



Presidente da APESP dá as boas-vindas aos presentes e homenageia a Dra. Anna Candida da Cunha Ferraz

A mesa de abertura contou com a presença do Presidente da APESP, José Luiz Souza de Moraes; com a Procuradora Geral do Estado, Inês Coimbra; e com o ex-Procurador Geral, Elival da Silva Ramos, para uma emocionante homenagem à Professora Anna Candida da Cunha Ferraz, primeira mulher a exercer o cargo de Procuradora Geral do Estado de São Paulo (entre 1975 e 1979).

O Presidente José Luiz deu as boas-vindas a todos os colegas e autoridades presentes. "Nessa solenidade, homenageamos a pioneira Professora Anna Candida, que marcou a Advocacia Pública por ser a primeira mulher a comandar a PGE-SP, mas também por fazê-lo de forma exemplar e por trazer significativos avanços para nossa carreira", destacou Moraes.



Familiares recebem a homenagem em nome da Dra. Anna Candida da Cunha Ferraz

Moraes ressaltou o momento oportuno para a homenagem. "Isso ocorre justamente quando a Procuradoria deu posse aos aprovados no concurso mais diverso de sua história, que teve a coragem e a sensibilidade de incluir a justiça social como critério de seleção", completou.

O Presidente da APESP registrou ainda que havia visitado mais cedo a Dra. Anna Candida, juntamente com Diretor Fabrizio Pieroni, para lhe entregar a "Comenda Jubileu de Diamante" pelos 75 anos de existência da Associação – uma láurea, que homenageia personagens que contribuíram com a construção da PGE-SP e da Advocacia Pública brasileira (leia mais na página 13).



Da esq. para a dir: Dra. Cintia Byczkowski; Dra. Flávia Piovesan; Dra. Inês Coimbra; Dr. José Luiz; Dra. Mariana Beatriz Tadeu de Oliveira.

Palestra inaugural

Na sequência, o Curso de Inverno ofereceu aos participantes a palestra inaugural "Advocacia Pública: Tradição e Inovação Baseada em Evidências", com as brilhantes Professoras e Procuradoras do Estado de SP, Maria Sylvia Zanella Di Pietro e Flávia Piovesan. Ao término, Piovesan, Di Pietro e a Procuradora Geral, Inês Coimbra, foram homenageadas com a entrega de buquês de flores pelo Presidente da APESP, José Luiz Souza de Moraes.

Presença da Diretoria da APESP

Também representaram a APESP a Secretária Geral, Isabelle Verza; o Diretor Financeiro, Fabrizio Pieroni; a Diretora Social e Cultural, Tatiana Gaiotto Madureira; o Diretor de Previdência e Convênios, Julio Rogério Almeida de Souza; a Conselheira Assessora, Yara de Campos Escudero Paiva; o Conselheiro Fiscal, Vanderlei Ferreira de Lima, e a representante dos associados aposentados, Sandra Artioli.

Confraternização

Após a solenidade, os colegas puderam desfrutar de uma grande festa de confraternização, ao som da banda de reggae Montyvibe.



APESP entrega “Comenda Jubileu de Diamante” para personagens referenciais para a Advocacia Pública

Nos últimos meses, a APESP concedeu para três personagens a “Comenda Jubileu de Diamante” pelos 75 anos de existência da Associação – uma láurea, que homenageia personalidades que contribuíram com a construção da PGE-SP e da Advocacia Pública brasileira.

Anna Candida da Cunha Ferraz



Presidente José Luiz entrega comenda à Professora Anna Candida da Cunha Ferraz

Em 9 de junho, a homenagem foi para a Professora Anna Candida da Cunha Ferraz, primeira mulher a exercer o cargo de Procuradora Geral do Estado de São Paulo (entre 1975 e 1979), que foi nomeada pelo Governador Paulo Egydio Martins.

A entrega da comenda foi feita pelo Presidente da APESP, José Luiz Souza de Moraes, e pelo Diretor Financeiro, Fabrizio Pieroni. “Todas as homenagens à pioneira Professora Anna Candida são fundamentais. Não apenas por ter marcado a Advocacia Pública como a primeira mulher a comandar a PGE-SP, mas também por fazê-lo de forma exemplar e por trazer significativos avanços para nossa carreira”, destacou Moraes.

A Professora agradeceu a homenagem de forma emocionada. “Você são estão sendo muito gentis comigo. Agradeço à Diretoria e a todos os colegas da Procuradoria”.

Sobre a sua nomeação como Procuradora Geral, lembrou ter sido surpreendida. “Foi uma novidade, porque até então nenhuma mulher tinha sido Procuradora Geral do Estado. Assim como nenhuma mulher era ainda membro do Poder Judiciário. O Secretariado era também todo masculino”.

A gestão da primeira mulher a ocupar o cargo máximo da Procuradoria Geral do Estado, Anna Candida da Cunha Ferraz, foi um período de muitos avanços: implementação do Centro de Estudos, regulamentação a Verba Honorária, descentralização e interiorização da Procuradoria, estruturação da PGE-SP em Brasília, entre outros.

Moraes e Pieroni com a Professora Anna Candida



A Professora Anna Candida ingressou na PGE-SP, em 1959, por nomeação do Governador Jânio Quadros, para atuar como consultora jurídica na Secretaria de Educação. Foi incorporada à PGE-SP em 1969 por dispositivo da Constituição Estadual. Atuou também nas CJs da Justiça e Planejamento. Foi diretora do Centro de Estudos. Aposentou-se em 1983. Foi Professora associada de Direito Constitucional na Faculdade de Direito da USP e Professora titular e coordenadora do Mestrado da UNIFIEO.

Deputado Carlos Sampaio

Em 29 de maio, a Diretoria da APESP entregou a comenda ao Deputado Carlos Sampaio – um grande amigo e aliado da Advocacia Pública no Congresso Nacional. A homenagem especial foi no âmbito do projeto “APESP na Estrada”, com uma visita à Procuradoria Regional de Campinas (PR-5).

Sampaio é o autor da PEC 17/2024, que trata da autonomia institucional e orçamentária das Procuradorias dos Estados, do DF e da AGU.

A homenagem foi na “casa” do Deputado. Apesar de ser um dos mais importantes e influentes representantes do Estado de São Paulo na Câmara dos Deputados, com 6 mandatos consecutivos, “Carlão” tem como base eleitoral a região metropolitana de Campinas.

“O Deputado Sampaio é o principal aliado da Advocacia Pública dentro e fora do Congresso Nacional. Ele atua em nossas causas com muito empenho e companheirismo”, destacou Moraes.

O Presidente completou: “essa comenda representa uma marca de gratidão. Podemos sentir nesse momento a admiração que temos por você – um amigo que está ajudando a construir essa nova Procuradoria paulista e essa nova Advocacia Pública brasileira”.

Segundo o Diretor Financeiro da APESP e Legislativo da ANAPE, Fabrizio Pieroni, Sampaio é o principal parceiro da APESP e da ANAPE no Congresso. “Ele consegue, no atual cenário político polarizado, dialogar com todos os partidos. Além de obter o apoio necessário para a PEC 17, ele já está nos ajudando muito na atual fase da tramitação da proposta na CCJ”.

Para a Secretária Geral da APESP, Isabelle Verza, a “grande presença dos colegas na homenagem mostra o reconhecimento dos colegas de Campinas e região pelo trabalho do Deputado em todas as pautas em prol da Advocacia Pública que tramitam no Congresso”.

O Deputado Carlos Sampaio agradeceu emocionado a homenagem. “A minha história na Câmara, ao invés de colocar muros, sempre foi para construir pontes. É com esse sentimento que pude me dedicar às grandes causas como as da Advocacia Pública. Saibam que vocês têm um parceiro que atua com prazer



Da esq. para a dir.: Isabelle Verza, José Luiz Souza de Moraes, Deputado Carlos Sampaio e Fabrizio Pieroni.

e muita convicção de que a carreira de Procurador do Estado deve crescer cada vez mais”, registrou Sampaio.

Especificamente sobre a PEC 17, defendeu: “se é lícito e correto outras carreiras terem autonomia as PGEs devem ter também. Nós conseguimos, com a ajuda do José Luiz, do Fabrício e do Vicente (Braga), construir essa proposta com uma ‘pitada’ de bom senso e equilíbrio. É uma autonomia que terá mais facilidade de ser aprovada, pois não se trata de um embate com os Governadores; mas sim de uma parceria deles com quem conhece a causa da Advocacia Pública”.



Colegas da Regional de Campinas participam da homenagem ao Deputado Carlos Sampaio

José Afonso da Silva

Em 8 de maio, o Presidente da APESP, José Luiz Souza de Moraes, entregou a Comenda ao Dr. José Afonso da Silva, Professor Emérito da USP, Procurador aposentado do Estado de São Paulo e associado da APESP – desde 2 de agosto de 1962.

A homenagem ocorreu durante a solenidade promovida pela Faculdade de Direito da USP, que foi dedicada ao Professor José Afonso em razão da comemoração de toda a sua obra e dos seus 100 anos de vida – completados no último dia 30 de abril.

“O Professor José Afonso da Silva é o Professor de todos nós e a nossa referência sobre o Direito Constitucional. É um orgulho imenso que ele seja associado da APESP e tão ilustre Pro-

curador de Estado de São Paulo”, registra Moraes.

Solenidade na FADUSP

O evento contou com a participação de personalidades da comunidade jurídica, acadêmica e familiares do homenageado. O Presidente do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, ressaltou o impacto que o Professor José Afonso teve em sua vida pessoal e profissional.

“O nosso Professor manteve acesa a chama do Direito Constitucional durante o período da ditadura militar, tendo uma grande importância para a Constituição de 1988”, destacou Barroso.

Perfil: trajetória acadêmica e na PGE-SP

Mineiro da cidade de Pompeu, nasceu em 1925, formando-se em Direito pela USP em 1957. Ingressou na PGE-SP em 1962, onde atuou na Consultoria Jurídica da Secretaria da Justiça, na Assistência Jurídica aos Municípios e na Procuradoria Administrativa. Aposentou-se em 1989. Foi Secretário Municipal dos Negócios Jurídicos da Prefeitura de São Paulo, entre 1983 e 1986, e Secretário da Segurança Pública do Estado de São Paulo, entre 1995 e 1999. Na vida acadêmica, é Professor da USP (Direito Constitucional, Direito Econômico e Financeiro e Direito de Processo Civil) e da UFMG (Direito Constitucional). Referência no Direito Constitucional Brasileiro, José Afonso é também o jurista com maior número de citações no Supremo Tribunal Federal.



Presidente José Luiz entrega comenda ao Professor José Afonso da Silva



LEGISLATIVO

Com mobilização, força e estratégia, Procuradores de todo o país unem-se no Congresso Nacional pela autonomia da Advocacia Pública

Após o ato, o Presidente da Câmara, Hugo Motta, determinou o despacho para a Comissão de Constituição e Justiça da PEC 17/2024

Em um novo dia histórico, o “7 de maio”, centenas de Advogados Públicos federais, estaduais e municipais lotaram os corredores, gabinetes e salas de comissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal para defender a causa da autonomia administrativa, técnica e orçamentária para a Advocacia Pública Nacional. A mobilização e a estratégia foram pelo convencimento dos parlamentares da importância da aprovação da

PEC 17/2024, que prevê tal prerrogativa (acesse o inteiro teor em <https://bit.ly/4amfy8t>).

“Novamente, mostramos que juntos somos mais fortes. Como ocorreu no ano passado, levamos aos parlamentares a importância de municiar a Advocacia Pública com a sua autonomia, proporcionando melhores condições para o nosso trabalho em prol da sociedade”, resalta o Presidente da APESP, José Luiz Souza de Moraes.

A 2ª edição desse ato teve como mote “Advocacia Pública e Constituição: um projeto inacabado” e foi organizado conjuntamente por ANAPE, ANAFE, ANPM e Forvm Nacional da Advocacia Pública Federal.

Delegação paulista na mobilização

A delegação paulista, formada por 18 Procuradores e Procuradoras, com apoio da APESP, marcou presença durante todo o dia na mobilização. Com uma atuação suprapartidária, os colegas de São Paulo reuniram-se com os seguintes parlamentares e autoridades:

- ▶ José Guimarães (PT-CE), líder do Governo na Câmara;
- ▶ Gilberto Kassab, Presidente do PSD e Secretário de Governo e Relações Institucionais do Estado de São Paulo;
- ▶ Arthur Lira (PP-AL), ex-Presidente da Câmara dos Deputados;
- ▶ Antonio Brito (BA), líder do PSD;
- ▶ Domingos Neto (PSD-CE);
- ▶ Professora Luciene Cavalcante (PSOL-SP);
- ▶ Duda Salabert (PDT-MG);
- ▶ Rubens Pereira Júnior (PT-MA);
- ▶ Otto Alencar Filho (PSD-BA);
- ▶ Antonio Carlos Rodrigues (PL-SP).



Delegação Paulista em dois momentos no ato em Brasília

Delegação paulista com o Líder do Governo, José Guimarães (PT-CE)

Vitória: após ato em defesa da autonomia, Presidente da Câmara envia PEC 17/2024 para a CCJ

Na sessão deliberativa de 7 de maio, o Presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (REPUBLICANOS-PB) determinou o despacho para a Comissão de Constituição e Justiça da PEC 17/2024, de autoria do Deputado Carlos Sampaio (PSD-SP), que visa conferir autonomia administrativa, técnica e orçamentária às PGEs e à AGU.

A decisão foi resultado do movimento que mobilizou centenas de Advogados Públicos federais, estaduais e municipais no Congresso Nacional para defender a causa da autonomia orçamentária para a Advocacia Pública Nacional. Em plenário, o Deputado Vicentinho Jr. (PP/TO) solicitou o envio da proposta para a CCJ à Motta, que acolheu o pedido.

“Foi sem dúvida uma grande vitória. Cada passo e avanço conquistados no processo legislativo devem ser muito comemorados. O envio da PEC à CCJ nos dará a chance de intensificar ainda mais a nossa mobilização e expor nossos argumentos em prol da proposta”, destaca o Diretor Financeiro da APESP e Legislativo da ANAPE, Fabrizio Pieroni.

O deputado Domingos Neto (PSD/CE) foi designado relator da proposta na Comissão de Constituição e Justiça.

Além de Moraes, representaram a APESP no ato a Vice-presidente, Vera Wolff Bava; a Secretária Geral, Isabelle Maria Verza; o Diretor Financeiro, Fabrizio Pieroni; o Diretor de Prerrogativas, Conrado Luiz Ribeiro Silva Barros; a Diretora de Esportes e Patrimônio, Ana Paula Ferreira dos Santos; a Diretora de Comunicação, Ilanna Sofia Santos Soeiro Silva; a representante dos associados aposentados da APESP, Sandra Artioli,

os Conselheiros Assessores Yara de Campos Escudero Paiva, Carlos José Teixeira de Toledo e Cintia Oréfica; e o Conselheiro Fiscal, Paulo David Cordioli.

Completaram a delegação o ex-Presidente da Associação, Amílcar Navarro; a Conselheira eleita, Anna Paula Sena de Gobbi; e os Procuradores do Estado, Renan Oliveira Rainho Cunha, Carmen Sabrina Cochrane Santiago Viana e Luiza Rios.

Saiba mais: resumo da PEC 17/2024

A proposta acrescenta o artigo 132-A e modifica o artigo 168 da Constituição Federal para conferir autonomia administrativa, técnica e orçamentária à Advocacia-Geral da União (AGU), seus órgãos vinculados, e às Procuradorias-Gerais dos Estados e do Distrito Federal.

A PEC estabelece que essas entidades devem receber seus recursos orçamentários (inclusive créditos suplementares e especiais) em duodécimos, até o dia 20 de cada mês, da mesma forma como já ocorre com os demais órgãos com autonomia financeira.

O texto argumenta que os Advogados Públicos não atuam como órgãos de controle externo, mas sim como colaboradores das políticas públicas, orientando juridicamente a administração e prevenindo litígios e ilegalidades. Por isso, considera essencial que tenham proteção institucional similar à de outras funções essenciais, a fim de evitar a subordinação a interesses externos e assegurar maior eficiência e legalidade à gestão pública.

SOCIAL

Club Med Lake Paradise recebe o Encontro Estadual de Procuradores do Estado de São Paulo

O final de semana dos dias 13, 14 e 15 de junho foi especial para os associados da APESP e familiares que participaram do Encontro Estadual de Procuradores, que ocorreu no Club Med Lake Paradise, em Mogi das Cruzes.

Além de desfrutar da estrutura e da gastronomia de uma das melhores redes de resorts do mundo, os colegas tiveram à disposição uma programação esportiva, de lazer e musical em todos os três dias de estadia no hotel.

* Confira a seguir uma galeria de imagens e acesse um álbum de fotos no link <https://flic.kr/s/aHBqjCiiAc>



FESTA JUNINA

O Arraiá da APESP foi “bão” demais

Em de 10 de junho, logo após o 2º dia do Curso de Inverno da PGE-SP, a APESP promoveu seu tradicional arraiaí junino. A festança foi boa demais, reunindo os Procuradores do Estado de São Paulo (familiares e amigos), incluindo os recém nomeados, e os colegas das PGEs de todos os Estados e do DF. A música ficou por conta do DJ Felipe Azevedo (residente da Uzna – Sorocaba), animando o início da festa com um set especial, e da Banda do André Pupe, com forró e o melhor do sertanejo!

* Confira o álbum de fotos em <https://flic.kr/s/aHBqjChKu8>



LITERATURA

Muito além do Direito: associada da APESP mantém blog literário

A associada da APESP, Rosa Maria G. Barros, mantém o rico blog literário “A Rosa que não é flor”, com crônicas, minicontos e poemas. “Este blog tem meu jeito, minha forma de ocupar um espaço no mundo. As maneiras que encontro de escrever são variadas, carregam meu ímpeto intuitivo de observadora da vida, de quem rascunha desde a adolescência em qualquer pedaço de papel disponível ou na tela de computador, por puro contentamento. Espero que leiam e comentem, estou toda aqui”, registra na página do blog.

* Acesse pelo site <https://arosaquenaoeflor.wordpress.com/>

